

**CERTOS ASPECTOS DA ECONOMIA EM CIDADES DE ZONA DE FRONTEIRA:
O CASO DAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA**

**CERTAIN ASPECTS OF THE ECONOMY IN THE BORDER AREA OF CITIES:
THE CASE OF THE TWIN CITIES OF BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA AND
COBIJA**

Leonardo Luiz Silveira da SILVA¹

Resumo: O presente trabalho faz uma análise acerca de certos aspectos da economia das cidades gêmeas de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija, situadas na periferia territorial do Brasil e da Bolívia. A análise envolve dados primários acerca da circulação de mercadorias e as políticas territoriais que vigoram nas cidades estudadas e informações coletadas em um trabalho de campo realizado em janeiro de 2015. A relevância do artigo reside na colaboração para a compreensão da dinâmica econômica de um trecho estratégico e pouco estudado da fronteira brasileira.

Palavras-Chave: Economia; Cidades Gêmeas; Fronteira Nacional.

Abstract: This academic presentation is an analysis of certain aspects of the economy of the twin cities of Brasiléia, Epitaciolândia and Cobija, located in the territorial periphery of Brazil and Bolivia. The analysis involves primary data about the movement of goods and territorial policies in force in the cities studied and data collected from field research conducted in January 2015. The relevance of this work lies in the collaboration to the understanding of the economic dynamics of a strategic and understudied region of the Brazilian border.

Key Words: Economy; Twin Cities; National Border.

Introdução

As cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija protagonizam, nos confins amazônicos, um quadro *sui generis* que tange a capacidade de articulação da economia dos territórios nacionais que as abrigam. Situadas na periferia do Acre, a conurbação formada por Brasiléia e Epitaciolândia possuem, juntamente com a capital do departamento boliviano do Pando, Cobija, o status de cidades gêmeas. Estas são espaços conurbados transfronteiriços que envolvem duas ou mais cidades. Formam por meio de um espaço conurbado uma região híbrida composta por elementos nacionais e internacionais, guardando para si características particulares (COELHO, 2013). A unicidade de suas características surge na literatura como um desafio para a elaboração de uma legislação que seja adequada às demandas locais. Silva e Oliveira (2008) destacam que trata-se de uma estratégia de grande parte dos pesquisadores de fronteira concentrar os seus estudos nas cidades gêmeas, onde melhor são esboçadas as interações das sociedades transfronteiriças. Nas cidades gêmeas, as assimetrias e simetrias entre sistemas territoriais nacionais e internacionais são mais visíveis, o que reforça o seu papel de alicerce da cooperação entre os países vizinhos (MACHADO et al., 2005).

¹ Doutor em Geografia pela PUC-MG, professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Salinas. O artigo apresenta uma discussão aprofundada de um dos elementos apresentados em tese defendida no departamento de pós-graduação em Geografia da Puc-Minas no ano de 2016.

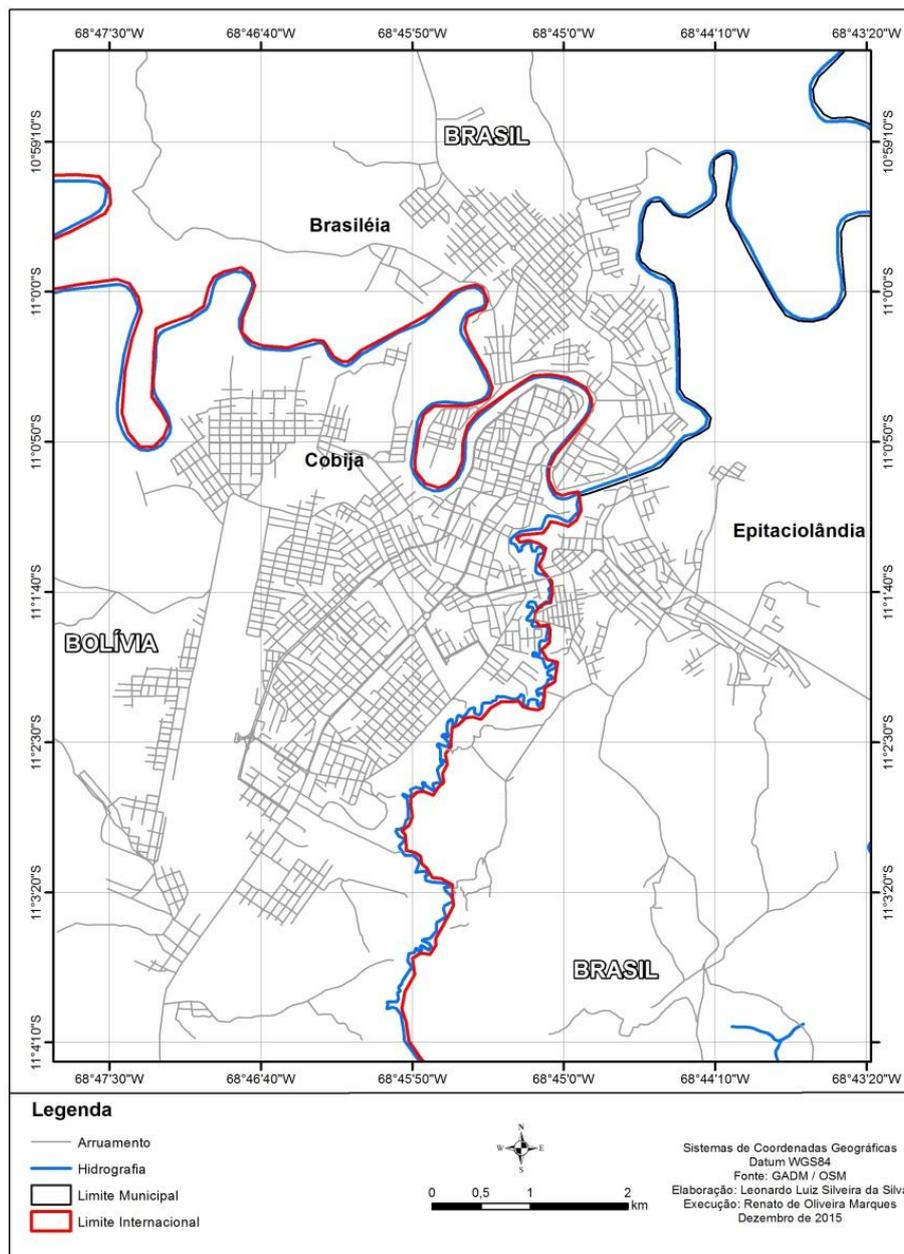
Reforçam as características particulares das cidades estudadas as políticas territoriais que incidem sobre elas. No caso das cidades brasileiras de Brasília e Etitaciolândia, vigora uma Área de Livre Comércio (ALC), geralmente referida como Área de Livre Comércio de Brasília e Etitaciolândia (ALCBE). Ainda que esta legislação especial não tenha todos os seus pontos planejados em vigor (as cidades contempladas ainda não podem, por exemplo, realizar importações com vantagens fiscais), Brasília e Etitaciolândia desfrutam de vantagens fiscais para a internação de mercadorias produzidas no Brasil. Cobija, por sua vez, desfruta da legislação de Zona Franca boliviana, o que possibilita a importação de mercadorias com vantagens fiscais, o que garante o status de grande centro comercial regional.

Figura 1- A posição geográfica da conurbação Brasília-Etitaciolândia em escala continental



O artigo pretende apresentar a dinâmica de certos aspectos econômicos das cidades de Brasília, Epitaciolândia e Cobija, construindo por intermédio de tais dados uma reflexão acerca do trecho estudado da periferia territorial do Brasil e da Bolívia para a articulação das relações econômicas dos países que as abrigam. Para tanto, o artigo se apoia em um conjunto de dados secundários publicados por órgãos oficiais do Brasil e da Bolívia e dados coletados na ocasião de trabalhos de campo realizados nos municípios estudados, ocorridos nos anos de 2014 e 2015.

Figura 2- Arruamento básico da conurbação Brasília-Epitaciolândia e Cobija



Desenvolvimento

Primeiramente, o desenvolvimento deste artigo trará informações e análises sobre os municípios acrianos de Brasiléia e Eпитaciolândia para posteriormente tratar dos dados da cidade de Cobija, capital do departamento de Pando, na Bolívia. Esta escolha se deve a crença de que os limites nacionais são capazes de produzir realidades geoeconômicas amplamente diferentes, ainda que tratem de uma mesma região geográfica. Segregando desta forma as informações, torna-se mais didático apontar as conclusões que estarão presentes no final deste artigo.

Aspectos econômicos de Brasiléia e Eпитaciolândia

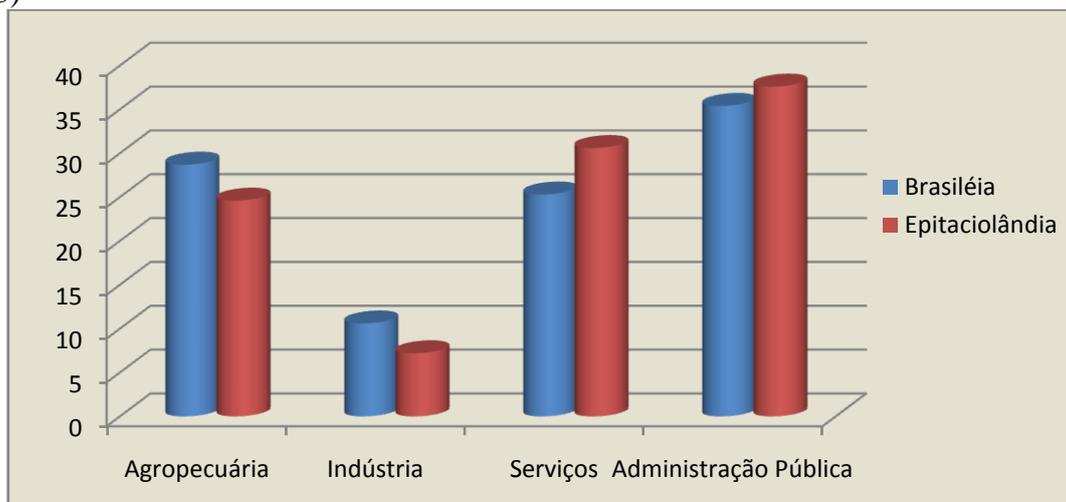
Brasiléia é somente o 8º município acriano no ordenamento decrescente quanto ao valor do PIB municipal enquanto que Eпитaciolândia é o 13º, em um ranking que conta com todos os 22 municípios acrianos. A participação do PIB dos dois municípios no conjunto estadual é ainda ofuscada pela primazia exercida por Rio Branco, como nos ilustra os dados de participação relativa presentes na Tabela 1.

Tabela 1 - Participação de Brasiléia e Eпитaciolândia no conjunto estadual (2013)

Município	Participação relativa no PIB estadual	Posição no ranking estadual
Rio Branco	50,9	1º
Cruzeiro do Sul	9,8	2º
Sena Madureira	4,6	3º
Tarauacá	3,4	4º
Feijó	3,1	5º
Senador Guiomard	2,9	6º
Rodrigues Alves	2,8	7º
Brasiléia	2,7	8º
Plácido de Castro	2,4	9º
Acrelândia	2,2	10º
Xapuri	2,1	11º
Eпитaciolândia	1,8	12º
Porto Acre	1,8	13º
Bujari	1,6	14º
Capixaba	1,6	15º
Mâncio Lima	1,5	16º
Marechal Thaumaturgo	1,3	17º
Porto Walter	1,0	18º
Manoel Urbano	0,8	19º
Jordão	0,6	20º
Assis Brasil	0,6	21º
Santa Rosa do Purus	0,4	22º

Fonte: ACRE, 2013

Brasiléia e Eпитaciolândia apresentam semelhanças no dado apresentado, ilustradas, sobretudo, pela grande participação da administração pública na geração de riquezas no município. A composição do PIB dos municípios por setor é expressa na Figura 3.

Figura 1 - Composição relativa (em %) do PIB municipal de Brasiléia e Eitaciolândia (2013)

Fonte: ACRE, 2013

Apesar da grande participação da administração pública na geração de riqueza nos dois municípios, é notório o ganho do dinamismo econômico regional após a construção da Carretera Interoceânica ou Estrada do Pacífico, que liga por meio do transporte rodoviário a cidade de Rio Branco até o Oceano Pacífico, passando pela conurbação Brasiléia e Eitaciolândia. Tal rodovia contribuiu para acentuar o caráter exportador dos dois municípios estudados nesta pesquisa, ao favorecer a adição de um novo ator econômico relevante: o Peru. A rodovia não impacta nas relações econômicas de Brasiléia e Eitaciolândia com o conjunto territorial boliviano, o que é explicado pela precariedade dos transportes no interior da Bolívia (fazendo com que a capital do departamento de Pando seja mal integrada às redes viárias do país que a abriga). Contudo, a nova rodovia se configura em uma excelente alternativa para a condução das relações econômicas de Cobija com o Peru e com o exterior, fazendo com que as cidades brasileiras tenham um papel importante na articulação destas relações (compondo a rota Cobija-Peru e sendo uma alternativa a integração Cobija-Pacífico).

Considerando os dados de 2012, os valores de exportação brasileira oriundas dos municípios de Brasiléia e Eitaciolândia superaram aqueles exibidos pela capital do estado do Acre. Os benefícios concedidos aos dois municípios conurbados a partir da sua inclusão parcial no regime de ALC explicam em boa parte tais dados. Afinal, os dois municípios não produzem volumes de mercadorias que condizem com os valores exportados. A exportação se dá, claramente, com o auxílio substancial das mercadorias que são produzidas em outros locais do país e que são internadas em Brasiléia e Eitaciolândia. Os dois municípios se apresentam assim como portadoras de duplo potencial: a proximidade geográfica com potenciais importadores (Cobija, Peru e quiçá países além-mar conectados por intermédio dos portos do Pacífico) e as vantagens possibilitadas pelo regime de ALC. Rio Branco, Brasiléia e Eitaciolândia praticamente concentram o total de exportações do estado do Acre (ACRE, 2013), como se vê na Tabela 2.

Tabela 2 - Exportações e Importações de Brasiléia, Eitaciolândia e Rio Branco expressas em dólar no ano de 2012

Município	Exportação	Importação	Saldo
Brasileia	4.185.040	185.750	3.999.290
Eitaciolândia	4.044.704	284.931	3.759.773
Rio Branco	3.583.455	4.114.974	-531.519

Total do estado	11.813.199	4.592.780	7.220.419
------------------------	------------	-----------	-----------

Fonte: ACRE, 2013

Em relação à Rio Branco, os municípios de Brasiléia e Epiaciolândia não se constituem como grandes importadores. Contudo, para o estado do Acre, os municípios são, respectivamente, 2º e 3º maiores importadores. O descompasso entre a exportação e a importação é explicado pela ausência de uma regulamentação que favoreça esta última. Apesar de desfrutarem de algumas das regulações da ALC, Brasiléia e Epiaciolândia não estão autorizadas a importar utilizando os benefícios fiscais. Apesar das razões não terem sido apontadas na bibliografia consultada, é razoável considerar a existência de uma estratégia protecionista no atraso da regulamentação dos benefícios de importação, que visa o benefício daqueles que produzem no território brasileiro.

Outros dados pormenorizados sobre a exportação destacam a relevante posição da Bolívia e do Peru como destino dos produtos oriundos de Brasiléia e Epiaciolândia. Há de se destacar uma relativa variação no que tange ao destino das exportações e da origem das importações entre os municípios estudados. Tais variações possuem muitas causas complexas que exigiriam um estudo a parte para serem amplamente compreendidas. A Tabela 3 apresenta os dados de Brasiléia em dois períodos recentes.

Tabela 3 - Destino e valores das exportações de Brasiléia no comparativo dos 9 meses iniciais de 2014 e 2015

Destino da exportação	JAN-SET de 2014		JAN-SET de 2015		Posição do país como destino da exportação do município em 2014 e 2015
	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total exportado	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total exportado	
Peru	891.818	16,28	4.641.556	45,23	2º/1º
Bolívia	3.059.596	55,84	4.325.920	42,15	1º/2º
Israel	433.266	7,91	358.113	3,49	4º/3º
Estados Unidos	475.522	8,68	335.453	3,27	3º/4º
Alemanha	289.016	5,27	299.660	2,92	5º/5º
Reino Unido	35.950	0,66	128.739	1,25	9º/6º
Bélgica	32.509	0,59	76.075	0,74	10º/7º
África do Sul	74.258	1,36	41.105	0,40	8º/8º
França	111.335	2,03	39.303	0,38	6º/9º
China	76.099	1,39	16.134	0,16	7º/10º
Total exportado	5.479.369	100,00	10.262.058	100,00	

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2015.

Destaca-se na Tabela 3 um aumento substancial das exportações de 2014 para 2015, explicado principalmente pelo expressivo montante comprado pelo Peru no último ano apresentado. A Bolívia, que liderava com folga o ranking de destino de exportações para os municípios brasileiros, foi ultrapassada pelo Peru, sem que com isso deixasse de constituir-se como um importante parceiro comercial municipal. Afinal, mesmo ultrapassada pelo Peru, a Bolívia apresentou um grande incremento nas suas compras de Brasiléia. Os dois países sul-americanos agregados correspondem a 87,38% de todas as exportações de Brasiléia de janeiro a setembro de 2015, frente a 72,12% no mesmo período do ano anterior.

Em Eпитaciolândia o destino das exportações é menos pulverizado do que em Brasília. No mesmo período medido nos dados da Tabela 4, Eпитaciolândia registrou apenas dois países como destino de suas exportações. Assim como em Brasília, Peru e Bolívia são os parceiros comerciais relevantes de Eпитaciolândia. Contudo, é destacada a primazia boliviana como país cliente das exportações do município em questão, como atestam os dados da Tabela 4.

Tabela 4 - Destino e valores das exportações de Eпитaciolândia no comparativo dos 9 meses iniciais de 2014 e 2015

Destino da exportação	JAN-SET de 2015		JAN-SET de 2014		Posição do país como destino da exportação do município em 2015 e 2014
	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total exportado	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total exportado	
Bolívia	6.834.054	79,52	6.926.599	86,66	1º/1º
Peru	1.760.022	20,48	1.066.214	13,14	2º/2º
Total	8.594.076	100,00	7.992.813	100,00	

Exportado

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2015.

Brasília e Eпитaciolândia são claramente municípios exportadores. A balança comercial dos municípios em questão é essencialmente superavitária. Tal situação pode se modificar profundamente com a implementação completa dos termos da ALCBE, fazendo com que as importações cresçam exponencialmente e invertendo o saldo da balança comercial municipal. No que tange as importações atuais dos municípios estudados, é possível observar alguns padrões, como atestam os dados da Tabela 5 sobre Brasília e 6 sobre Eпитaciolândia.

Tabela 5 - Origem e valores das importações de Brasília no comparativo dos 9 meses iniciais de 2014 e 2015

Origem da importação	JAN-SET de 2014		JAN-SET de 2015		Posição do país como origem da importação do município em 2014 e 2015
	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total importado	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total importado	
Bolívia	242.184	34,98	115.827	62,47	2º/1º
Peru	450.200	65,02	43.753	23,60	1º/2º
Japão	0	0	25.819	13,93	Não se aplica/3º
Total	692.384	100,00	185.399	100,00	Não se aplica

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2015.

Tabela 6 - Origem e valores das importações de Eпитaciolândia no comparativo dos 9 meses iniciais de 2014 e 2015

Origem da importação	JAN-SET de 2014		JAN-SET de 2015		Posição do país como origem da importação do
	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total	Valor absoluto em US\$ FOB	Participação relativa (%) no total	

	importado		importado		município em 2014 e 2015
Peru	771.848	74,55	145.452	51,55	1º/1º
China	263.560	25,45	136.690	48,45	2º/2º
Total	1.035.408	100,00	282.142	100,00	

importado

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2015.

Destaca-se no conjunto dos dados acerca da origem das importações de Brasília e Eпитaciolândia a queda abrupta no montante absoluto importado entre 2014 e 2015. É plausível admitir como uma das explicações para o cenário a desvalorização do real, que se acentuou no decorrer do ano de 2015, fazendo com que os produtos estrangeiros se tornassem menos competitivos frente os nacionais. O pequeno volume importado frente ao montante exportado não deixa de revelar as relações comerciais dos municípios de Brasília e Eпитaciolândia, fortemente atreladas à Bolívia e ao Peru. Registra-se também certa relação comercial com países asiáticos.

A Tabela 7 apresenta o tipo de produtos que foram exportados por Brasília ao exterior.

Tabela 7 - Principais produtos exportados em Brasília no período de janeiro a setembro de 2014 e 2015

Produto exportado	Participação relativa (%) em 2014	Participação Relativa (%) em 2015
Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju.	38,86	74,36
Madeira perfilada	27,37	12,08
Arroz	24,16	8,77
Recipientes de grande volume de ferro e aço	Sem participação	1,37
Óleo de Soja	3,28	Sem participação
Cervejas de Malte	1,63	0,12
Maquinário	1,37	Sem participação
Outros	3,33	3,30
Total	100,00	100,00

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2015.

A comparação dos anos de 2014 e 2015 mostrou que a natureza das exportações do município de Brasília varia grandemente em períodos relativamente curtos. Apesar disso, a castanha, a madeira e o arroz se destacam como os principais produtos exportados pelo município. Em Eпитaciolândia, diferentemente, é possível notar uma maior diversidade nos produtos com participação acima de 1% nas exportações. Deste modo, optamos por apresentar os dados dos produtos exportados pelo município a partir dos produtos que participam em pelo menos 5% do total das exportações em um dos períodos contemplados.

Tabela 8 - Principais produtos exportados em Eпитaciolândia no período de janeiro a setembro de 2014 e 2015

Produto exportado	Participação relativa (%) em 2014	Participação Relativa (%) em 2015
Ladrilhos ou placas de	10,99	10,07

cerâmica		
Cimentos hidráulicos	1,08	8,09
Derivados do óleo de soja	Sem participação	6,56
Milho	7,16	5,94
Açúcares de cana ou de beterraba	6,50	5,41
Cocos, castanha do Brasil e castanha de Caju	5,90	5,20
Maquinário	7,14	0,89
Outros	61,23	57,84
Total	100,00	100,00

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2015.

A castanha do Brasil, também chamada de castanha do Pará (nomenclatura rejeitada pelos produtores locais de Brasiléia), destaca-se nas exportações dos dois municípios estudados. O produto enfrenta concorrência dos produtores bolivianos e possui forte sazonalidade, sendo que a sua época de venda concentra-se nos meses de janeiro, fevereiro e março. Em Brasiléia existe uma central de beneficiamento da castanha, dentro das instalações da Cooperacre (rede de cooperativas que atua em todo o estado do Acre, atuando em Brasiléia na compra e na industrialização da castanha *in natura*, do látex e das polpas de frutas). Os trabalhos de campo realizados nas cidades estudadas ocorreram no auge do período da coleta da castanha, o que nos possibilitou perceber a relação entre a área urbana e a área rural de Brasiléia. Diversos trabalhadores rurais vêm à cidade nos dias iniciais de cada ano para vender a castanha *in natura*. Galpões dispostos ao longo da Avenida Coronel Marinho Monte em Brasiléia competem com a Cooperacre em busca da castanha oferecida pelos produtores rurais.

Figura 2 - Galpão situado na Avenida Manoel Marinho Monte (BR-317), na saída de Brasiléia



Fonte: Foto do autor

Figura 3 - A castanha *in natura* armazenada no interior de um galpão da Cooperacre



Fonte: Foto do autor

É importante destacar que não são somente as exportações que dão aos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia o seu dinamismo econômico. Grandes comerciantes de ramos específicos assumiram que seus principais clientes são do próprio município. Uma grande loja de material de construção chamada Conquista, articula a entrada e saída de caminhões repletos de mercadorias que se beneficiaram do regime de Livre Comércio da ALCBE. O gerente desta loja em questão afirmou em entrevista que 80% dos seus clientes são de Brasiléia, 15% de Cobija e 5% de Assis Brasil. A maior parte dos seus fornecedores são de Porto Velho e Goiânia. Um equilíbrio semelhante no que diz respeito à disposição dos clientes foi relatada pelo gerente da loja Rio Ferro, que é uma rede que possui a sede na cidade de Uberlândia-MG e que vende vigas de metal para a construção civil. O gerente assumiu que 80% dos seus clientes são de Brasiléia e 10% de Cobija (com o montante restante distribuído em uma série de outros municípios acrianos).

Os gerentes das lojas Amazon Tintas e Pemaza também indicaram a importância das vendas locais (com percentuais que giram em torno de 70%), apontando a relevância da participação de vendas para Cobija (cerca de 15%). Estes dados muitas vezes não aparecem nas estatísticas oficiais, por se tratarem de compras não muito grandes e que são realizadas por um movimento pendular que envolve os habitantes de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija. Assim, os dados que foram apresentados sobre a exportação não dimensionam o conjunto das interações econômicas que envolvem os dois municípios. Em tese, o comércio entre os dois municípios deveria ser limitado e fiscalizado. Segundo um funcionário da Receita Federal de Brasiléia, existe uma cota de R\$ 300 que é o valor máximo de compras que podem ser realizadas em Cobija. Contudo, raramente ocorre a fiscalização ostensiva. O funcionário apontou que os dois principais problemas são a falta de recursos tecnológicos a disposição dos agentes e um número muito baixo de funcionários para realizar a fiscalização (funcionário da Receita Federal de Brasiléia)².

Pelas razões descritas, o comércio pendular é uma das faces da informalidade que foge das estatísticas oficiais do comércio transfronteiriço. Outra face é o próprio comércio ilegal,

² Informação coletada na entrevista realizada no prédio da receita federal em Brasiléia no dia 23 de janeiro de 2015.

feito por vendedores ambulantes. Ao longo da Avenida Manoel Marinho Monte é possível visualizarmos vendedores ambulantes bolivianos, que oferecem mercadorias diversificadas de baixo valor e qualidade, como brinquedos, tecidos e cebolas. A sua presença mostrou-se sistemática nos dias em que foram realizados os trabalhos de campo, o que nos induz a pensar que esta modalidade de comércio informal não é combatido. Esta face da informalidade não é simétrica em Cobija, sendo que os camelôs praticamente inexistem, o que pode ser explicado pela menor tolerância das autoridades quanto ao uso do espaço público pelas atividades informais e, ao mesmo tempo, a maior facilidade para abrir pequenos empreendimentos dentro dos termos da lei.

Figura 4 - Clientes dos produtos de Cobija atravessam a ponte binacional Wilson Pinheiro sem serem fiscalizados



Fonte: Foto do autor

Figura 5 - Comércio transfronteiriço informal na Avenida Manoel Marinho Monte em Brasília



Fonte: Foto do autor

Aspectos econômicos de Cobija

A Zona Franca de Cobija gerou 110 milhões de dólares de receitas no ano de 2012, sendo que a taxa anual de crescimento oscila em torno de 10 a 15%, patamar que é possível devido às importações e revendas de produtos internacionais. Chile, Brasil, China e Estados Unidos estão dentre os países que mais fornecem mercadorias para a Zona Franca. Das mercadorias brasileiras, 42,9% são alimentos e 28,6% materiais de construção. A dependência da Zona Franca de Cobija do mercado brasileiro é muito forte. Em entrevista ao jornal *La Razón*, o governador de Pando Luis Adolfo Flores assumiu que cerca de 90% dos compradores das mercadorias na Zona Franca são brasileiros (LA ZONA FRANCA..., 2013).

Apesar deste volume de receitas, recentemente o presidente Evo Morales declarou em Cobija, na ocasião de uma solenidade pelos 111 anos da Batalha de Bahia, que as zonas francas bolivianas deveriam desaparecer, incluindo a de Cobija. O argumento seria de que as zonas francas são centros de corrupção e de evasão de impostos que prejudicam o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país. Ao mesmo tempo, defendeu um amplo debate nacional para definir o seu destino (EVO MORALES...,2015).

Os dados de exportação e importação de Cobija são apresentados agregados aos dados de Pando. Contudo, há de se considerar que parcela importante da economia de Pando se concentra na província de Nicolás Suarez e, mais detidamente, em Cobija e nos arredores. No que diz respeito às exportações, a castanha do Brasil sem casca (já processada) e o ouro bruto correspondem, juntos, a 86,93% de toda a receita departamental. Apesar disto, os dois produtos possuem volumes exportados bem diferentes, o que é explicado pela enorme diferença do valor de mercado existente entre os mesmos. Assim, para gerar a receita correspondente a 53,04% de toda a exportação departamental, é necessária uma logística muito mais complexa para o envio da castanha ao exterior do que a observada na exportação do ouro. A Tabela 9 apresenta os sete produtos de exportação do departamento de Pando, mostrando o peso do ambiente amazônico no qual está inserida Cobija para a sua especialização econômica (assim como podemos perceber também na tábua de exportações de Brasília e Epitaciolândia em dados apresentados nas Tabelas 7 e 8).

Tabela 9 - Exportação do departamento de Pando por tipo de produto no ano de 2014

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	% sobre o valor total
Castanha do Brasil sem casca, fresca ou seca	2.943.464	20.525.942	53,04
Formas de ouro bruto	400	13.114.214	33,89
Castanha do Brasil com casca	1.935.103	2.277.049	5,88
Tacos e Frisos não montados	1.667.877	2.198.105	5,68
Madeira serrada longitudinalmente	981.388	446.687	1,15
Madeiras de coníferas com exceções	86.950	118.493	0,31
Outras castanhas descascadas	2.086	20.416	0,05

Total Exportado	7.617.269	38.700.905	100,00
------------------------	-----------	------------	--------

Fonte: IBCE, 2015

O Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE) fornece um dado interessante e que desperta curiosidade. O organismo em questão apresenta os dados de exportação por porta de saída na Bolívia. Contudo, os dados de Cobija são fornecidos conjuntamente aos de Guayaramerín³, cidade boliviana que é gêmea brasileira Guajará-Mirim, que se situa, por sua vez, no estado de Rondônia. Para o mesmo ano fiscal (2014), somente 117.552 quilos de castanha do Brasil sem casca, fresca ou seca (ou seja, àquela que já passa por algum tipo de processamento) atravessam as cidades de Cobija ou Guayaramerín rumo ao exterior. Este dado é curioso porque o volume descrito corresponde somente a 3,99% (117.552 de 2.943.464 quilos) de todo o volume exportado somente pelo departamento de Pando (comparação possível a partir dos dados das Tabelas 9 e 10). Se por um lado o combustível que abastece Cobija é trazido pela *Carretera Interoceânica*, saindo de Arica no Chile e passando pelo Peru e pelo Acre, por outro, pelo menos no que tange à exportação de castanhas processadas, o transporte é feito por meio de precárias rodovias que conectam Cobija a La Paz. É plausível admitir este fato porque em um levantamento sobre o comércio através das demais rotas exportadoras bolivianas, verificou-se que em TamboQuemado/Jancoaque, rota que atravessa os Andes bolivianos rumo à Arica no Chile, há um importante registro de exportação deste tipo de castanha, com cifras, inclusive, bem superiores àquelas registradas na exportação do departamento de Pando. As tabelas 10 e 11 trazem, respectivamente, os dados sobre as exportações bolivianas a partir das rotas Guayaramerín-Cobija e TamboQuemado-Jancoaque.

Tabela 10 - Exportações bolivianas através da via exportadora Guayaramerín – Cobija no ano de 2014

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	% sobre o valor total
Castanhas do Brasil com casca	1.593.900	1.406.769	65,73
Castanhas do Brasil sem casca, frescas ou secas	117.552	420.237	19,63
Madeira serrada longitudinalmente	810.183	302.570	14,14
Outros	102.148	10.730	0,50
Total	2.623.783	2.140.306	100,00

Fonte: IBCE, 2015

Tabela 11 - Exportações bolivianas através da via exportadora TamboQuemado-Jancoaque no ano de 2014

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	% sobre o valor total
Estanho Bruto	15.740.569	345.296.611	18,10
Mineral de prata	11.836.030	253.856.945	13,31
Quinoa	29.603.128	195.810.367	10,27
Minério de Zinco	204.726.804	186.956.308	9,80
Castanhas do Brasil			

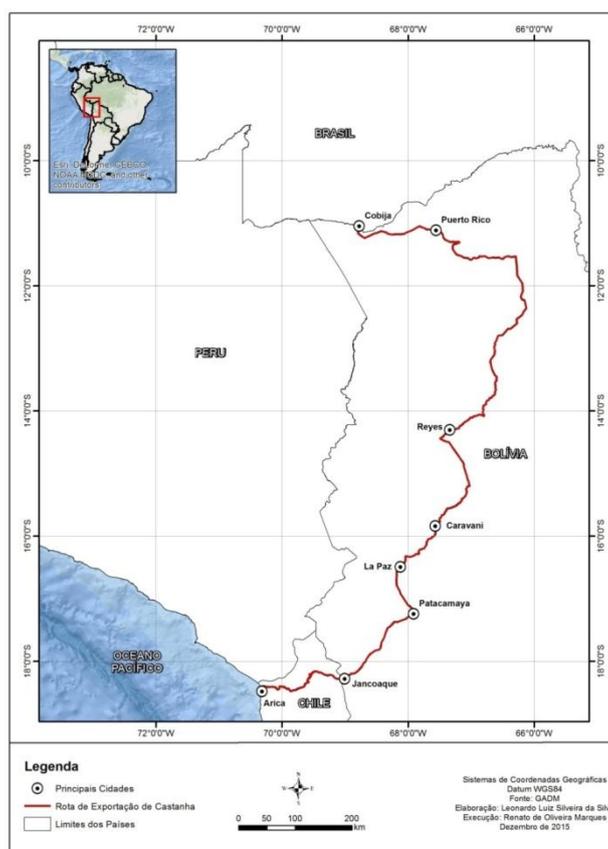
³ Alguns dados de importação são apresentados separadamente, a partir da entrada através da aduana de Cobija.

sem casca, frescas ou secas	24.422.201	172.097.236	9,02
Outros Produtos	774.877.980	753.428.206	39,50
Total exportado	1.061.206.711	1.907.445.674	100,00

Fonte: IBCE, 2015

A consulta aos dados de exportação do departamento de Beni confirma a suspeita: apesar do departamento vizinho a Pando exportar 90% de toda a castanha do Brasil processada⁴, a rota de Guayaramerin (que se situa no limite com Rondônia) e a de Cobija são subutilizadas, sendo que a castanha se dirige à La Paz e, posteriormente, a Tambo Quemado/Jancoaque, de onde parte do território boliviano rumo ao porto chileno de Arica. É plausível admitir que exista no departamento de La Paz algum tipo de aparato logístico que permita o armazenamento adequado da castanha ou que até mesmo se cumpra alguma etapa do processamento, o que justificaria o encaminhamento do produto através das estradas bolivianas. Quando foi feito o comparativo com o transporte de combustíveis, há de se considerar que o modelo dos veículos (o que interfere no peso e comprimento do mesmo) que usualmente conduz os combustíveis venezuelanos à Cobija seja diferente dos modelos que conduzem a castanha do Brasil à La Paz e a Tambo Quemado/Jancoaque. Estas diferenças implicam, a princípio, na capacidade de tais veículos enfrentarem as estradas nos trechos andinos mais escarpados.

Figura 7- Rota de exportação da castanha de Cobija através de Tambo Quemado/Jancoaque



⁴ Além de Beni (com cerca de 90% de toda a castanha do Brasil processada exportada) e Pando, os departamentos de La Paz e Cochabamba são responsáveis por uma pequena fração do total exportado.

Do total exportado pelo Departamento de Pando, que abriga Cobija, uma pequena fração é absorvida pelo Brasil (2,4% do total negociado em 2011 e cerca de 1,0% do total de 2012). A Holanda, os Estados Unidos e o Reino Unido são os principais destinos da exportação do departamento em questão, como apresenta a tabela 12.

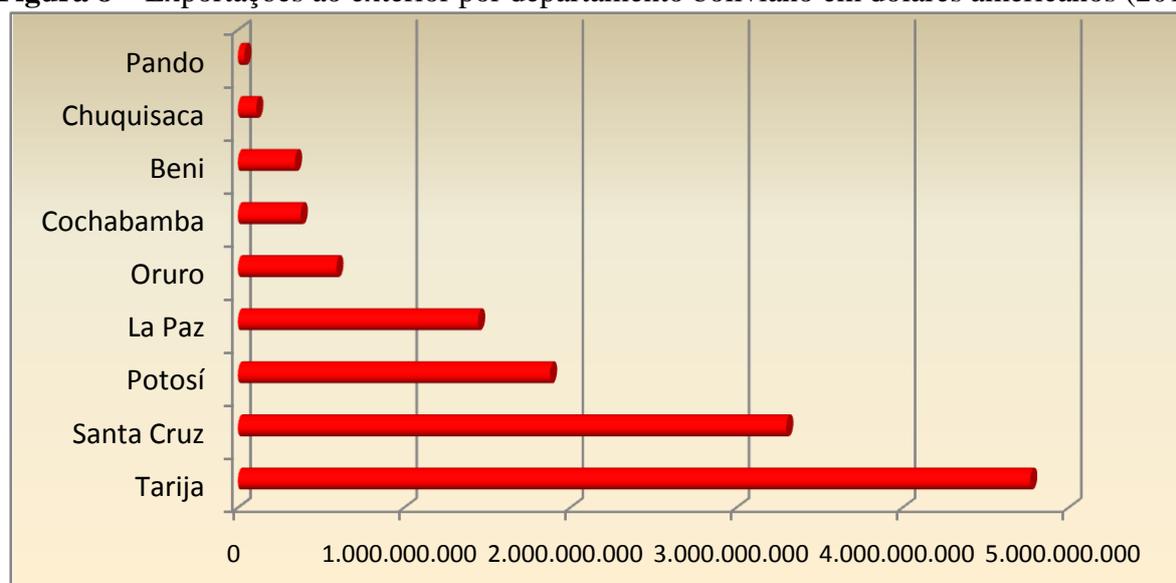
Tabela 12 - Destino das exportações de Pando em 2011 e 2012

País	2011		2012	
	Toneladas	Milhares de US\$	Toneladas	Milhares de US\$
Holanda	894	4.242	1.287	6.069
Estados Unidos	919	3.440	711	5.568
Reino Unido	791	5.207	550	3.781
Austrália	192	1.364	168	1.319
Alemanha	125	657	647	1.038
França	399	1.040	101	649
China	178	534	165	471
Peru	29	29	494	418
Canadá	50	352	35	203
Brasil	1.228	434	713	194
Argentina	19	124	26	152
Singapura	0	0	17	83
Coréia do Sul	69	96	26	45
Bélgica	0	0	22	36
África do Sul	0	0	20	26
Índia	0	0	18	22
Dinamarca	0	0	21	21
Chile	22	44	0	0
Espanha	47	71	0	0
Israel	78	187	0	0
México	39	18	0	0
Portugal	37	36	0	0
Total exportado	5.114	17.875	5.022	20.093

Fonte: IBCE, 2013.

Conclui-se que as trocas comerciais entre os municípios brasileiros já apresentadas anteriormente e o departamento de Pando são, até o presente momento, fracas. Há de se considerar que o comércio internacional é bastante dinâmico e que questões cambiais e outras podem modificar sensivelmente o cenário. É o que se vê na grande oscilação das exportações bolivianas do departamento de Pando para o Brasil no intervalo 2011-2012, que observou redução maior que 50% no que diz respeito aos valores em dólar. Além disso, quando analisadas todas as portas exportadoras bolivianas, Cobija não se consolida como uma importante rota exportadora boliviana, o que é evidenciado a partir dos dados da Figura 8.

Figura 8 – Exportações ao exterior por departamento boliviano em dólares americanos (2014)



Fonte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015.

Quanto às importações, o departamento de Pando exibe como produtos de destaque as castanhas com casca⁵, cabos de uso elétrico, tratores, máquinas e aparelhos mecânicos com função própria que juntos totalizam uma cifra próxima a 70% do total importado. Analisando os dados de exportação dos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia, é altamente provável que as castanhas com casca importadas pelo departamento de Pando sejam provenientes dos dois municípios brasileiros. A Tabela 13 exibe os principais produtos importados pelo departamento de Pando no ano de 2014.

Tabela 13 - Importação do departamento de Pando por tipo de produto no ano de 2014

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	% sobre o valor total
Outras castanhas com casca	516.120	294.533	25,40
Cabos de uso elétrico	78.607	270.637	23,34
Tratores	16.518	154.130	13,29
Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	10.007	80.333	6,93
Outros	143.960	359.916	31,04
Total importado	765.212	1.159.549	100,00

Fonte: IBCE, 2015

O fluxo de importação de produtos que adentra o território boliviano por intermédio de Guayaramerín e Cobija (Tabela 14) é mais importante do que o fluxo de exportação. Como já foi apresentado, a exportação de Brasiléia e Epitaciolândia para o território boliviano totalizou cerca de 10 milhões de dólares entre o período de janeiro e fevereiro de 2014 e 11 milhões de dólares no mesmo período de 2015. É plausível admitir que uma parcela importante deste

⁵ Este item é descrito no inventário comercial brasileiro como “cocos e castanha de caju”.

volume utilize a rota Cobija. Contudo, chama atenção, a princípio, o fato do volume indicado da importação transitada por Cobija e Guayaramerin não ter superado seis milhões de dólares em 2014, como pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14 - Importações bolivianas através da via importadora Guayaramerin – Cobija no ano de 2014

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	% sobre o valor total
Outras castanhas com casca	1.379.881	682.039	11,59
Madeira tropical serrada longitudinalmente	2.362.184	663.024	11,27
Partes de Máquinas que servem para a fabricação de bebidas	94.912	528.390	8,98
Artigos para fogos de artifício	97.860	435.783	7,41
Calçados específicos	48.187	357.258	6,07
Outros produtos	7.555.275	3.216.691	54,68
Total importado	11.538.299	5.883.185	100,00

Fonte: IBCE, 2015

Para esta divergência, existem duas hipóteses, sendo uma geográfica e outra metodológica. A explicação geográfica se justificaria pela possibilidade de uma parte da exportação dos dois municípios acrianos ser conduzida até Rio Branco e dali exportada por via aérea para as localidades situadas na porção meridional do território boliviano, onde ocorreria o desembarço aduaneiro. Existem dados específicos de mercadorias exportadas para a Bolívia por via aérea, sem que a origem seja determinada. Já uma possível explicação metodológica reside nas divergências quanto à exibição dos dados de comércio através do dólar americano FOB ou CIF⁶. Estas divergências não são muito comuns, à medida que usualmente o dólar FOB é utilizado para a exibição de transações internacionais, mas podem ocorrer.

Das importações realizadas por intermédio da via importadora Cobija e Guayaramerin, do ponto de vista do valor em dólares dos produtos importados, somente 19,71% são destinados a Pando. Contudo, o departamento de Beni absorve em suas importações um montante de produtos (dispostos na Tabela 15) que se aproxima ao volume financeiro importado que atravessa as portas Cobija-Guyaramerin, fazendo com que seja razoável admitir que as vias importadoras em questão articulem, principalmente, o comércio com os seus respectivos departamentos e não com o conjunto territorial boliviano. Esta afirmativa ganha mais corpo quando é observada a importação realizada por Beni por tipo de produto, já que os itens mais importados são justamente aqueles melhor representados na Tabela 14.

⁶ Na modalidade CIF, o exportador se responsabiliza pela entrega da mercadoria no destino, com despesas de transporte e seguro pagas. No FOB a responsabilidade do exportador acaba quando a mercadoria entra no meio de transporte acordado. Inicialmente, as siglas eram usadas apenas em transações de exportação e importação por via aquática. Porém, passaram a ser aplicadas também no mercado interno e em transações terrestres diversas. (Wolffenbüttel, 2006).

Tabela 15 - Importação do departamento de Beni por tipo de produto no ano de 2014

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	% sobre o valor total
Madeira tropical serrada longitudinalmente	2.362.184	663.024	12,91
Partes de Máquinas que servem para a fabricação de bebidas	94.912	528.390	10,29
Artigos para fogos de artifício	97.860	435.783	8,49
Outras castanhas com casca	863.761	387.506	7,55
Calçados específicos	55.889	360.858	7,03
Máquinas para a indústria açucareira	344.041	335.519	6,53
Arroz	1.379.152	153.032	2,98
Motocicletas específicas	75.037	152.845	2,98
Óleo de soja	527.866	151.401	2,95
Mesclas betuminosas	183.395	148.413	2,89
Total importado	5.014.611	1.818.443	35,41

Fonte: IBCE, 2015

No ano de 2014 registrou-se em Pando, por intermédio da porta de entrada de Cobija, um valor de importação oriundo de produtos brasileiros correspondente a 962.206 em dólares FOB (INE, 2015). Os dados disponíveis sobre a exportação de Pando para o Brasil por via terrestre é exibido em conjunto através das portas comerciais de Cobija e Guayaramerin, o que prejudica a percepção do papel da capital do departamento de Pando para esta articulação comercial. O valor exibido, também em dólar FOB para o ano de 2014, é de 345.823,54 (INE, 2015). Como já foram exibidas informações sobre as importações de Brasiléia advindas da Bolívia (para os nove primeiros meses do mesmo ano) com valores muito próximos a estes, é plausível admitir, até mesmo por uma questão de razoabilidade geográfica, que o valor de exportações de Pando exibido em dados do INE é atravessado por Cobija.

Também é razoável considerarmos que Cobija articula cifras referentes à importação de produtos brasileiros operadas por outros departamentos bolivianos. As articulações de importações tendo como destino o próprio departamento são pouco expressivas. Como já foi dito, as exportações de Pando são pouco expressivas em volume total (comparados a outros departamentos) e ainda menos destacadas se considerados somente os valores que são exportados para o Brasil. Como foi visto anteriormente, os dados comerciais são extremamente complexos por trabalharem muitas variáveis. Contudo, a expectativa por meio da exibição das informações desta seção visam elucidar o papel das cidades estudadas como articuladoras das relações comerciais entre os países que as abrigam. Para o entendimento aprofundado das relações bilaterais faz-se necessário a percepção de como as mesmas se encaixam dentro de relações multilaterais, com o objetivo de mensurar a sua importância relativa. Esta foi a razão do foco em alguns dados que envolviam os países estudados e outros países.

Considerações Finais

A posição geográfica de Brasiléia e Eptaciolândia favorece a vocação exportadora de tais municípios, como ficou atestado nos dados que colocam os mesmos como os líderes da exportação estadual ao lado da capital Rio Branco. Mais do que municípios limieiros, as duas cidades do interior do Acre se constituem como portas de exportação por serem cortadas por uma rodovia (*Carretera Interoceânica* ou Estrada do Pacífico) que favorece o escoamento da produção para a população costeira dos países vizinhos do Brasil banhados pelo Oceano Pacífico e, quiçá, parceiros comerciais além mar. Contudo, o princípio da proximidade geográfica se faz valer no caso estudado, fazendo com que os dois países que se limitam com o Acre na América do Sul se apresentem como destaques tanto na exportação quanto na importação de produtos exportados por Brasiléia e Eptaciolândia. Produtos do extrativismo regional e oriundos de indústrias leves tem destaque na exportação. A importação dos municípios acrianos poderia ser muito expressiva se os mesmos espelhassem a legislação territorial de exceção desfrutada em Cobija. A capital do departamento de Pando se destaca pelas importações por meio da isenção de tarifas alfandegárias, constituindo-se de fato como um espaço de Zona Franca. Brasiléia e Eptaciolândia desfrutam de algumas vantagens advindas da implantação parcial dos termos de uma Área de Livre Comércio, sendo ainda negado aos municípios em questão o direito de importar sem as taxas alfandegárias. As assimetrias nas legislações das cidades gêmeas servem para moldar a realidade geográfica. Uma interferência no *status quo* do quadro descrito poderia causar um rearranjo quadro econômico descrito neste artigo.

Ainda que apresente um fluxo econômico pouco expressivo em termos nacionais, Cobija destaca-se em termos regionais, movimentando valores de exportação e importações em cifras superiores às apresentadas pelos municípios brasileiros. Contando com a exportação de produtos ligados ao bioma amazônico como a castanha e a madeira, Cobija importa uma pauta extremamente diversificada de produtos industriais, o que atesta a carência do setor secundário neste trecho periférico do território boliviano. Destaca-se um forte circuito econômico de produtos oriundos do exterior, que ocupa as áreas economicamente mais privilegiadas da cidade e contrasta com a oferta de produtos nacionais, posicionada em trechos menos valorizados da capital departamental estudada. Cobija encontra ainda certa dificuldade de escoar os seus produtos, visto que é mal integrada à deficiente malha rodoviária boliviana. Há de se considerar parcela do abastecimento de Cobija por meio da Estrada do Pacífico, incluindo neste os combustíveis, fazendo com que a cidade seja em parte dependente de fluxos que cortam parte do território brasileiro. Por meio de entrevistas, comerciantes brasileiros de Brasiléia e Eptaciolândia registraram a participação de bolivianos de Cobija no consumo de seus produtos, em cifras que giram em torno de 10 a 15%. Em suma, as cidades gêmeas analisadas realizam trocas entre si e ainda intermediam fluxos mais amplos entre os vastos territórios que as abrigam e o exterior.

Referências

ACRE, Acre em números, Secretaria de Estado e Planejamento (SEPLAN), **Departamento de estudos e pesquisas (DEP)**, disponível em http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/e0c7fd0042426ebe9196b371c3a11451/Acre%2BEm%2BNu%CC%81meros%2B2013+web+editado.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=e0c7fd0042426ebe9196b371c3a11451.

COELHO, Karla Nunes de Barros. O planejamento urbano regional e a sua importância para as cidades de fronteira. In: XV ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2013, Recife, **Anais do XV ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2013, v. XV, p.1-12.

EVO MORALES. Piede el cierre de las Zonas Francas de todo el país. La Razón, La Paz, **caderno Economía de Bolivia**, 12 de outubro de 2013, disponível em <<http://www.economiabolivia.net/2013/10/12/evo-morales-pide-el-cierre-de-las-zonas-francas-de-todo-el-pais/>> Acesso em 29 de novembro de 2015.

IBCE, Instituto Boliviano de Comercio exterior. Cifras del comercio exterior boliviano: gestión 2014. Santa Cruz, 2015, Ano 23, Nº 229, 53 p.

INE, Instituto Nacional de Estadística. Comercio exterior. Disponível em http://200.105.141.238:8082/comex/make_table.jsp?query=comex Acesso em 1 de dezembro de 2015.

LA ZONA FRANCA de Cobija, Pando, generó \$US 110 millones em 2012. La Razón, La Paz, 12 de Mayo de 2013, **caderno Economía Bolivia**, disponível em <http://www.economiabolivia.net/2013/05/12/la-zona-franca-de-cobija-pando-genero-us-110-millones-en-2012/> Acesso em 29 de novembro de 2015.

MACHADO, Lia Osório. et.al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T.C.M. de (Org.). **Território sem limites: estudo sobre as fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, 87-112.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República federativa do Brasil. **Intercâmbio comercial brasileiro: Países e blocos**. Brasília: disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576> Acesso em 13 de dezembro de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. República federativa do Brasil. **Estatísticas de comércio exterior DEAEEX**, Brasília: 2015, disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/sistema/balanca/>

SILVA, Ricardo Marques; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços. **Observatório Ibero Americano Del Desarrollo Local Y La Economía Social**, Málaga, Ano 1, Número 5, Dezembro de 2008, p.1-11.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é FOB? Desafios do desenvolvimento: **Revista de informações e debates do instituto de pesquisas econômicas aplicadas**. Ano 3, Edição 27, 2006. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23 Acesso em 30 de novembro de 2015.

Artigo recebido em 22-09-2016
Artigo aceito para publicação em 29-01-2017